



**MENSAGEM Nº 04, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026**

**Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente,**

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para, nos termos do Art. 48 e Art. 83, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, submeter à apreciação dessa Augusta Casa Legislativa, em **REGIME DE URGÊNCIA**, o presente Projeto de Lei que “Estabelece a modalidade de Planejamento Domiciliar Docente do magistério da rede pública municipal de ensino de Fortaleza e dá outras providências”.

A presente proposição tem por objetivo reconhecer, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza, o direito dos(as) professores(as) à realização de planejamento pedagógico em ambiente domiciliar, como forma de valorização profissional e de aprimoramento do processo educativo.

O trabalho docente não se restringe ao tempo em sala de aula. A preparação das aulas, a elaboração de atividades, a correção de avaliações, o registro das aprendizagens e a formação continuada são dimensões indispensáveis do fazer pedagógico.

A legislação federal — notadamente a Lei nº 11.738/2008, que institui o Piso Nacional do Magistério — assegura aos docentes 1/3 da carga horária para atividades extraclasse, podendo essas atividades ocorrer fora do ambiente escolar, desde que regulamentadas pela gestão educacional local.

O Planejamento Domiciliar Docente busca reconhecer essa realidade e oferecer maior autonomia e flexibilidade aos professores, permitindo que parte desse tempo seja exercida em ambiente domiciliar, garantindo melhores condições de concentração e produtividade, sem prejuízo do acompanhamento pedagógico pela gestão escolar.

A medida representa um avanço no reconhecimento da importância do planejamento docente e dialoga com os princípios da valorização dos profissionais da



educação (art. 206, V, da Constituição Federal) e da gestão democrática do ensino público (art. 206, VI).

Dessa forma, a presente proposta busca promover maior justiça e equidade no reconhecimento da atuação desses profissionais, favorecendo melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, elevação na qualidade da educação pública em Fortaleza.

Diante do exposto, considerando a relevância da medida para o fortalecimento da educação municipal, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dessa Egrégia Casa Parlamentar, dirigida por Vossa Excelência, solicitando, nos termos do art. 48 da Lei Orgânica do Município, sua tramitação em **REGIME DE URGÊNCIA**, tendo em vista o relevante interesse público que a matéria encerra, renovando protestos de elevada estima e consideração.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.**

Evandro Sá Barreto Leitão  
**Prefeito Municipal de Fortaleza**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
VEREADOR LEONARDO SALES COUTO BEZERRA  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**



PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE 2026  
**0026/2026**

*Estabelece a modalidade de Planejamento Domiciliar Docente do magistério da rede pública municipal de ensino de Fortaleza e dá outras providências.*

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito da rede pública municipal de ensino de Fortaleza, o Planejamento Domiciliar Docente, destinado à realização pelos profissionais do magistério de atividades pedagógicas extraclasse em ambiente domiciliar.

§ 1º O tempo dedicado às atividades extraclasse, incluindo o Planejamento Domiciliar Docente, corresponderá a, no mínimo, 1/3 (um terço) da carga horária semanal total do professor, conforme o art. 2º, § 4º, da Lei federal n.º 11.738/2008, devendo ser integralmente dedicado às atividades listadas no art. 2º desta Lei.

§ 2º Do total do tempo de trabalho pedagógico destinado às atividades extraclasse, parte será cumprida na modalidade de Planejamento Domiciliar Docente (PDD), em carga horária de até 4 (quatro) horas semanais, a ser definida de forma proporcional à jornada de trabalho do(a) profissional do magistério, conforme regulamentação da Secretaria Municipal da Educação.

**Art. 2º** O Planejamento Domiciliar Docente compreende o tempo destinado à (s):

I — elaboração de conteúdos e revisão de planos de aula: criação, revisão e adequação do plano de trabalho docente, dos planos de aula e das atividades didáticas, alinhados ao projeto político-pedagógico da unidade e às diretrizes curriculares municipais;

II — avaliação e acompanhamento: produção, aplicação, correção e registro de atividades e avaliações, bem como análise individualizada dos resultados de aprendizagem para fins de replanejamento;



III — pesquisa e atualização de conteúdos pedagógicos: estudo, aprofundamento e atualização de conteúdos, metodologias, tecnologias educacionais e bibliografia especializada;

IV — registro e alimentação de sistemas de acompanhamento da aprendizagem, como registro de frequência, notas, alimentação de diários eletrônicos e outros sistemas oficiais de acompanhamento da vida escolar do aluno;

V — outras atividades correlatas ao processo de ensino-aprendizagem

**Art. 3º** A execução do Planejamento Domiciliar Docente será de responsabilidade integral do profissional do magistério, sob o acompanhamento da gestão escolar e da Secretaria Municipal da Educação (SME).

§ 1º Fica vedada a convocação do profissional do magistério para participação em reuniões, atendimentos a pais, substituição de aulas ou quaisquer outras atividades presenciais obrigatórias durante o período formalmente reservado em sua jornada para o PDD.

§ 2º A eventual e excepcional convocação de que trata o § 1º, devidamente justificada pela SME e comunicada com antecedência mínima, deverá ser compensada em horário compatível, de modo a não comprometer o mínimo legal de 1/3 (um terço) da carga horária total destinada a atividades extraclasse.

**Art. 4º** O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal da Educação, regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, definindo:

I — o fluxo e as modalidades de registro e comprovação das atividades desenvolvidas em regime domiciliar, utilizando ferramentas digitais, garantindo a razoabilidade e a desburocratização do processo;

II — as diretrizes para o acompanhamento e a avaliação da qualidade do planejamento pedagógico realizado, priorizando o foco no resultado para a aprendizagem do aluno;

III — as situações e as condições excepcionais em que o planejamento deverá ocorrer, total ou parcialmente, de forma presencial na unidade escolar, visando atender a necessidades específicas do projeto político-pedagógico.



**Art. 5º** despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal da Educação, suplementadas, se necessário.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM                      DE                      DE 2026.**

Evandro Sá Barreto Leitão  
**Prefeito Municipal de Fortaleza**



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número ZYQFVOTA

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 5083659 e código ZYQFVOTA

Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: <https://validar.iti.gov.br/>

**ASSINADO POR:**